

AREA RESTRITA

Relatório Completo 29/09/2015 às 15:21:24

Total de (20) Proposições.

PL 2417/1991

Autor: Deputado Jackson Pereira (PSDB/CE)

Relator: Deputado Nilson Gibson (PMN/PE)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco

modificado em 29/09/2015 às 11:22

Fixa valor mínimo para comissionamento de agências de viagem

Árvore de apensados e outros documentos da matéria

O que é

modificado em 29/09/2015 às 11:22

Aumenta para 15% a comissão das agências viagem ou turismo referente a venda de passagens aéreas.

Situação

modificado em 29/09/2015 às 11:22

CD - Mesa Diretora, em 19/11/1997: aguarda deliberação de Recurso, que solicita apreciação pelo Plenário. Em 23.06.15 foi aprovado recurso nº205/1.997. A matéria virá a pauta do Plenário oportunamente.

O PL está relacionado entre os que aguardam deliberação para o Plenário por ordem do Presidente da Câmara.

Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 11:22

DIVERGENTE

O PL dispõe sobre as atividades, o registro e o funcionamento das agências de viagens e turismo e dá outras providências.

No art. 19, o PL propõe que as Agências façam jus ao recebimento de comissão nos seguintes valores: mínimo de 15% sobre o valor de venda de passagens aéreas; mínimo de 10% sobre o valor da operação, quando se tratar de intermediação ou agenciamento de carga, excursão e outros serviços de viagens, turismo e locação.

Sobre a matéria e em data posterior a apresentação do PL foi editada a Portaria nº 676/GC-5, de 13 de novembro de 2000, do Comandante da Aeronáutica, estabelecendo que a comissão paga aos agentes de viagem e de carga, na venda de passagens e/ou fretes aéreos, são livremente negociadas entre as empresas aéreas e os agentes credenciados. De igual modo e com o mesmo efeito, foi editada a Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771/2008), que também não interfere nas relações comerciais entre as empresas aéreas e o comissionamento de agentes de viagens.

A proposição, portanto, é incompatível a economia de mercado e com os princípios constitucionais que informam a ordem econômica, não havendo nenhuma justificativa para a pretendida intervenção estatal.

AREA RESTRITA

PL 3628/1997

Autor: Deputado Vic Pires Franco (PFL/PA)

Relator: Deputado DÃ©cio Lima (PT/SC)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	<p>modificado em 29/09/2015 às 11:29</p> <p>Divulgação de nota após acidente aéreo com vítimas Árvore de apensados e outros documentos da matéria</p>
O que é	<p>modificado em 29/09/2015 às 11:29</p> <p>Altera a alínea "j" do inciso III do art. 302 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica.</p>
Situação	<p>modificado em 29/09/2015 às 11:29</p> <p>CD - CCJ, Pronta para Pauta com parecer favorável do Relator.</p> <p>24/04/2013 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ?CCJC - Parecer do Relator, Dep. Décio Lima (PT-SC), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, e da EMS 3628/1997, apensado, com emenda</p> <p>25/11/2014 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</p> <p>Indeferido o Requerimento n. 10.742/2014, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o pedido contido no Requerimento n. 10.742/2014, com fundamento no art. 163, I, e no art. 164, I e II, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se. Oficie-se".</p>
Nossa Posição	<p>modificado em 29/09/2015 às 11:29</p> <p>DIVERGENTE</p> <p>O PL estabelece a obrigatoriedade das concessionárias de serviço aéreo divulgarem nota oficial, em caso de acidente aéreo com vítimas, no prazo de 90 (noventa) dias após ocorrido o fato, sob pena de multa.</p> <p>A proposição contém vício de inconstitucionalidade, porque viola o inciso X do art. 5º da Constituição, que protege a intimidade, a honra e a imagem das vítimas, além de contrariar o Anexo 13 da Convenção de Aviação Civil Internacional (Convenção de Chicago), promulgado pelo Decreto nº 21.713, de 1946. Além disso, é incompatível com as normas do CBA, que estabelecem regras específicas sobre o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER), regulamentadas pelo Decreto nº 87.249, de 1982.</p>

AREA RESTRITA

PL 3772/1997

Autor: Deputado Adylson Motta (PPB/RS)

Relator: Deputado Ronaldo Perim (PMDB/MG)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 11:31 Proibição de transporte de arma e a condução de preso de alta periculosidade Árvore de apensados e outros documentos da matéria
O que é	modificado em 29/09/2015 às 11:31 Proíbe o porte de arma de fogo e a condução de preso com escolta armada em voo comercial regular.
Situação	modificado em 29/09/2015 às 11:31 CD ? 03/02/1998 - Plenário Pronto para a pauta.
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 11:31 CONVERGENTE O PL, na redação do Substitutivo apresentado pelo Deputado Leur Lomanto, restringe o transporte na aviação regular ou em aeronave para transporte de turistas, salvo com autorização especial do órgão competente, o transporte de explosivos, munições, armas de fogo, material bélico, equipamentos destinados a levantamento aerofotogramétrico ou de prospecção, ou, ainda, de quaisquer outros objetos ou substâncias consideradas perigosas para a segurança pública, da própria aeronave ou dos passageiros. Proíbe, também, aos passageiros, o porte, durante o voo, de arma de fogo e, às autoridades policiais, a condução de presos de alta periculosidade, salvo prévio atestado judicial da inexistência de periculosidade. O PL atende antiga reivindicação das empresas aéreas, devendo o setor encaminhar manifestação favorável à aprovação, se for o caso.

PL 4847/2005

Autor: Dep. Paulo Magalhães (PFL/BA)

Relator: Dep. Fernando de Fabinho (DEM-BA)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 11:34 Arrendamento de aeronaves Obs.: Árvore de apensados e outros documentos da matéria
O que é	modificado em 29/09/2015 às 11:34 Altera a Lei nº 11.101/05, que "Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresarial. Estabelece que em caso de recuperação judicial e falência das sociedades empresárias, em nenhuma hipótese ficará suspenso o exercício de direitos derivados

AREA RESTRITA

de contratos de arrendamento mercantil de aeronaves ou de suas partes?.

Situação

modificado em 29/09/2015 às 11:34

CD - 06/02/2015 ? Desarquivado Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa 12/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-438/2015.

Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 11:34

CONVERGENTE

A aprovação do art. do PL que trata do arrendamento de aeronaves reduzirá o risco dos arrendadores, podendo contribuir para a redução nos preços dos arrendamentos. Todavia, os pareceres já apresentados no âmbito das Comissões Técnicas (CTASP e CDEIC) são contrários.

AREA RESTRITA

PL 1257/2007

Autor: Dep. Ciro Pedrosa (PV/MG)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 11:35 Obriga as empresas a orientarem os passageiros sobre a prevenção da trombose venosa profunda Obs.: tramita em conjunto o PL 121/10
O que é	modificado em 29/09/2015 às 11:35 Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.257-D, de 2007, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de transporte coletivo orientarem os passageiros sobre a prevenção da trombose venosa profunda?
Situação	modificado em 29/09/2015 às 11:35 CD ? CCJC, aguardando designação de relator. O PL 1.257/2007 foi aprovado por unanimidade na CSSF no dia 02.06.2015.
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 11:35 CONVERGENTE O PL propõe que as empresas de transporte coletivo fiquem obrigadas a orientar aos passageiros sobre a prevenção da trombose venosa profunda, antes do início da viagem, de acordo com as normas internacionais e nacionais de prevenção da trombose venosa profunda, bem como delega ao Poder Executivo, a regulamentação sobre a forma e o conteúdo da orientação aos passageiros.

PL 2822/2008

Autor: Deputada Manuela D'Ávila (PCdoB/RS)

Relator: Deputado Luiz Carlos (PSDB-AP)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 11:37 Dispor sobre publicidade da Apólice ou Certificado de Seguro. Árvore de apensados e outros documentos da matéria
O que é	modificado em 29/09/2015 às 11:37 Altera os arts. 283 e 302 da Lei nº 7.565/86, para dispor sobre a publicidade da Apólice ou Certificado de Seguro.
Situação	modificado em 29/09/2015 às 11:37 CD - Mesa Diretora, em 31/01/2015: arquivado. PL será retirado na próxima atualização. 02/09/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Devolução à CCP

Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 11:37

DIVERGENTE

O PL propõe que a comprovação do seguro exigido pelo art. 281 do CBA (todo o operador é obrigado a contratar seguro para garantir eventual indenização de riscos futuros em relação aos danos previstos no CBA) deve ser pública, mediante a divulgação de cópia da Apólice ou Certificado de Seguro em sítio na rede mundial de computadores e em local visível no interior das aeronaves, estabelecendo multa pelo descumprimento.

O PL é rigorosamente irracional, não fosse só pelo tamanho das apólices a serem divulgadas, como também pelo fato de que as mesmas de regra são realizadas para toda a frota de aeronaves de cada uma das empresas, cobrindo também outras hipóteses de danos que não os exclusivamente previstos no CBA.

Além disto, a realização dos seguros é comprovada perante a autoridade de aviação civil (art. 283 do CBA) e abrange aspectos confidenciais que não podem ser divulgados, conforme a prática internacional.

AREA RESTRITA

PL 3422/2008

Autor: Senado Federal - CPI do Apagão Aéreo

Relator: Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 11:40 Divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos. Obs.: origem PLS 702/07 Árvore de apensados e outros documentos da matéria
O que é	modificado em 29/09/2015 às 11:40 Altera a Lei nº 7.565/86, para obrigar as empresas aéreas a divulgarem a lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.
Situação	modificado em 29/09/2015 às 11:40 CD ? 17/03/2011 - Encaminhado à publicação
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 11:40 DIVERGENTE O PL contém vício de inconstitucionalidade, uma vez que viola o inciso X do art. 5º da CF, que protege a intimidade, a honra e a imagem das vítimas, além de contrariar o Anexo 13 da Convenção de Aviação Civil Internacional (Convenção de Chicago), promulgado no Brasil pelo Decreto nº 21.713, de 1946. Além disto, é incompatível com as normas do CBA, que estabelecem regras específicas sobre o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER), regulamentadas pelo Decreto nº 87.249, de 1982.

PL 5762/2009

Autor: Deputada Gorete Pereira (PR/CE)

Relator: Deputado Mauro Lopes (PMDB-MG)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 11:42 Esclarecimentos aos passageiros sobre os dispositivos de segurança das aeronaves. Árvore de apensados e outros documentos da matéria
O que é	modificado em 29/09/2015 às 11:42 Obriga as empresas aéreas a prestarem esclarecimentos aos passageiros sobre os dispositivos de segurança das aeronaves.
Situação	modificado em 29/09/2015 às 11:42 CD ? CCJC Aguardando Designação de Relator. 06/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no

AREA RESTRITA

REQ-123/2015.

Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 11:42

DIVERGENTE

O PL propõe que as empresas de transportes de passageiros nas diversas modalidades de transporte fiquem obrigadas a prestarem, antes do início da viagem, esclarecimentos aos passageiros sobre os dispositivos de segurança disponíveis no veículo. O parecer aprovado pela CTASP opina pela aprovação, na forma de substitutivo, limitando o âmbito de sua incidência ao transporte coletivo aquaviário ou terrestre, ou seja, excluiu os demais modais, inclusive o aéreo. De sua vez, a Comissão de Viação e Transportes aprovou parecer pela rejeição do PL.

No que se refere ao modal aéreo a proposição é desnecessária, uma vez que os esclarecimentos devidos já são prestados aos passageiros.

AREA RESTRITA

PL 7036/2010

Autor: Deputado Fábio Faria (PMN/RN)

Relator: Deputada Marinha Raupp (PMDB-RO)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 11:44 Obrigatoriedade de exibição nas aeronaves de filmes que combatam a pedofilia Árvore de apensados e outros documentos da matéria
O que é	modificado em 29/09/2015 às 11:44 Determina a obrigatoriedade da veiculação, por parte das companhias aéreas nacionais e dos exibidores de cinema, de filmes ou vídeos que combatam a pedofilia.
Situação	modificado em 29/09/2015 às 11:44 CD ? CVT Aguardando Parecer do Relator. 09/04/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-333/2015
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 11:44 DIVERGENTE O PL propõe seja estabelecida a obrigatoriedade da veiculação, por parte das companhias aéreas nacionais e dos exibidores de cinema, de filmes ou vídeos que combatam a pedofilia, ficando as companhias aéreas nacionais obrigadas a exibir, durante os voos que excedam uma hora, filmes ou vídeos com duração mínima de trinta segundos, que veiclem campanha de combate à pedofilia, sob pena de multa, conforme for regulamentado pela Agência Nacional de Aviação Civil. Há parecer da CVT pela rejeição. A maior parte das aeronaves em circulação não dispõem de sistemas de vídeo, sobretudo nas empresas regionais de aviação, o que significa dizer que o cumprimento da norma implicará em despesas iniciais de instalação desses equipamentos. Aos custos de implantação, sobrepor-se-ão os de manutenção, na forma de queda da receita auferida com a venda dos seus espaços midiáticos para terceiros interessados. Para compensar o resultado negativo dos custos, as empresas serão instadas a aumentar as tarifas, gerando prejuízos aos passageiros, o que por só recomenda a rejeição do PL.

PL 880/2011

Autor: Deputado Paulo Magalhães (DEM/BA)

Relator: Deputado Marcus Pestana (PSDB-MG)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 11:46
-------------	-----------------------------------

AREA RESTRITA

	Obriga a presença de médico em voos comerciais
O que é	modificado em 29/09/2015 às 11:46 Determina a obrigatoriedade da presença de médico em voos comerciais com mais de duas horas de duração.
Situação	modificado em 29/09/2015 às 11:46 CD - CSSF, em 06/05/2015 foi devolvido ao relator, Dep. Marcus Pestana.
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 11:46 DIVERGENTE A presença de um médico a bordo das aeronaves será ociosa e onerará o preço das passagens aéreas, além do que o treinamento de tripulantes já inclui a intervenção em situações de emergência, como exigido na na Portaria DAC Nº 1232/DGAC, de 28 de novembro de 2005, que ?aprova a quarta edição do Manual do Curso do Comissário de Vôo?.

AREA RESTRITA

PL 1033/2011

Autor: Deputado Dr. Ubiali (PSB/SP)

Relator: Deputado Jose Stã©dile (PSB-RS)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 11:47 Cria o Índice de Turbulência Aérea Árvore de apensados e outros documentos da matéria
O que é	modificado em 29/09/2015 às 11:47 Cria o Índice de Turbulência Aérea ? InTA
Situação	modificado em 29/09/2015 às 11:47 CD - Mesa Diretora, em 31/01/2015: arquivado. PL será retirado na próxima atualização. 20/08/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Devolução à CCP, por força do art. 105 do RICD.
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 11:47 DIVERGENTE O PL propõe a criação do Índice de Turbulência InTA, que consiste em um indicador de aferição capaz de informar aos usuários de transporte aéreo, qual a intensidade de turbulência prevista para um determinado voo, devendo tal índice constar do Sistema Informativo de Voo ? SIV, em números cardinais, de forma gradual e crescente, de 0 a 5, quando da confirmação do voo. Estabelece, também, que as companhias aéreas deverão informar aos seus passageiros qual o índice de turbulência previsto para cada voo, antes do embarque, desde a primeira chamada, ficando obrigadas a manter arquivadas, no prazo mínimo de 90 (noventa) dias, as informações relativas aos índices de turbulência prevista de seus respectivos voos. Os sistemas de radares meteorológicos utilizados na aviação são incapazes de aferir, em tempo real, o grau de turbulência nas rotas programadas pelas aeronaves.

PLS 52/2013

Autor: Senador Eunã-cio Oliveira (PMDB/CE)

Relator: Senador Walter Pinheiro (PT/BA)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 11:53 Dispõe sobre a gestão, a organização e o controle das Agências Reguladoras
O que é	modificado em 29/09/2015 às 11:53 Dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das Agências Reguladoras, acresce e altera dispositivos das Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, nº 9.782, de

AREA RESTRITA

26 de janeiro de 1999, nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e nº 10.233, de 5 de junho de 2001, nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências

Situação

modificado em 29/09/2015 às 11:53

SF - CCJ, em 08/04/2015: com o Relator, Senador Walter Pinheiro

28/09/2015 - INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 11:53

CONVERGENTE

O PLS é positivo para os setores regulados, uma vez que contribui para melhorar a eficiência e o controle da ação normativa das agências reguladoras.

AREA RESTRITA

PLS 197/2015

Autor: Senador Cristóvam Buarque (PDT/DF)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 11:55 Dispõe sobre segurança de voo
O que é	modificado em 29/09/2015 às 11:55 Estabelece que na cabine de comando das aeronaves que disponham de porta separatória que possa ser trancada por dentro, e que sejam utilizadas para a realização de voos regulares, deverá haver, em todos os momentos do voo, a presença de ao menos dois tripulantes, na forma do regulamento.
Situação	modificado em 29/09/2015 às 11:55 SF - CCJ, em 09/04/2015: aguarda apresentação de emendas
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 11:55 DIVERGENTE Trata-se de matéria já regulada pela ANAC, nos termos do inciso X do art. 8º da Lei nº 11.182, de 2005, sendo, portanto, desnecessário o projeto.

PLS 289/2015

Autor: Senador Gladson Camelli

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 11:57 obrigação de um tripulante que fale português
O que é	modificado em 29/09/2015 às 11:57 Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para tornar obrigatório que empresas estrangeiras que operem transporte internacional de passageiros no País tenham, pelo menos, um comissário de bordo que fale a língua portuguesa, em cada aeronave.
Situação	modificado em 29/09/2015 às 11:57 SF - CCJ, em 21/05/2015: prazo para apresentação de emendas. 08/07/2015 - CCJ - 08/07/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 11:57 PL Propõe seja acrescentado mais um parágrafo ao art. 203 do CBA, com a seguinte redação: ?Art. 203..... § 1º

AREA RESTRITA

§ 2º As empresas estrangeiras de transporte aéreo internacional que embarquem ou desembarquem passageiros no País deverão ter na sua tripulação, no mínimo, um comissário que fale a língua portuguesa." (

As empresas estrangeiras são regidas pelas normas do país de suas respectivas bandeiras e pelos tratados, convenções e atos internacionais de que seus países sejam partes e, não, por normas internas brasileiras, que são insuscetíveis de serem-lhes aplicadas.

AREA RESTRITA

PL 534/2015

Autor: Deputado Carlos Gomes Â€ (PRB/RS)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 12:00 Facilitar o transporte de animais domésticos Apensado ao PL 274/2015
O que é	modificado em 29/09/2015 às 12:00 Dispõe sobre o transporte de animais domésticos e de cães-guia em veículos de transporte terrestre, aéreo e aquaviário.
Situação	modificado em 29/09/2015 às 12:00 CD ? Apensado. PL será retirado na próxima atualização
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 12:00 DIVERGENTE O PL tem por objetivo assegurar aos proprietários de animais domésticos transporte de cães e gatos nas linhas regulares nacionais, interestaduais e intermunicipais de transporte terrestre, aéreo e aquaviário, vedando a inclusão do peso dos mesmos na franquia da bagagem e facultando à empresa a cobrança de valor adicional pelo transporte, de acordo com critérios determinados pela agência reguladora competente de cada setor. Estabelece, também, que para efetuar o embarque, os animais deverão estar acondicionados em caixas de apropriadas ou similares e assim permanecerem durante toda a sua permanência a bordo, devendo ser transportados em local e na forma definida pela empresa de transporte, de modo que lhes ofereça condições de proteção e conforto. Estabelece também que o animal doméstico de até 8 (oito) quilogramas poderá ser transportado na cabine de passageiros, a critério da empresa de transporte, devendo ficar em compartimento apropriado, com segurança, e sem causar desconforto aos demais passageiros, limitando o transporte na cabine de passageiros a 2 (dois) animais por veículo, a cada viagem. Além disto, o PL assegura ao deficiente visual o direito de ingressar e permanecer acompanhado de cão-guia nos transportes, independentemente do peso do animal e do pagamento de tarifa. Trata-se de matéria cuja regulação já é atribuída à ANAC, nos termos do inciso X do art. 8º da Lei nº 11.182, de 2005, sendo, portanto, desnecessário o projeto.

PL 1500/2015

Autor: Deputado Rogerio Rosso (PSD/DF)

Relator: Deputada Clarissa Garotinho (PR/RJ)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

AREA RESTRITA

Foco	<p>modificado em 29/09/2015 às 12:02</p> <p>Incluir no bilhete de passagem informações sobre riscos à saúde no transporte aéreo</p> <p>Árvore de apensados e outros documentos da matéria</p>
O que é	<p>modificado em 29/09/2015 às 12:02</p> <p>Altera as Leis nº 7.183, de 05 de abril de 1984, e nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para dispor sobre a obrigatoriedade da informação prévia aos passageiros sobre os serviços executados, os riscos à saúde e segurança, as medidas de prevenção, e a obrigatoriedade de atendimento médico de primeiros socorros durante voos em aeronaves comerciais, nacionais ou estrangeiras, que operem em território brasileiro.</p>
Situação	<p>modificado em 29/09/2015 às 12:02</p> <p>CD - CVT, em 27/05/2015: A Presidenta, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ), avocou a relatoria desta proposição nos termos do Art. 41, VI do RICD</p>
Nossa Posição	<p>modificado em 29/09/2015 às 12:02</p> <p>DIVERGENTE</p> <p>O PL altera os arts. 227 e 256 da Lei nº 7.565/86 (CBA) fundamentalmente para:</p> <p>(i) obrigar as empresas transportadoras a incluírem no bilhete de passagem aérea informações sobre eventuais riscos à saúde e à segurança dos passageiros durante voos, bem como as contraindicações, ações e recomendações de prevenção; (ii) responsabilizar as empresas transportadoras por quaisquer complicações de saúde ao passageiro, causadas pela falta de informações prévias, ações e recomendações de prevenção, especialmente quanto aos riscos de trombose e embolia pulmonar em voos de longa duração; falta de atendimento médico de primeiros socorros, durante o voo ou procedimentos de embarque e desembarque de aeronave, defeitos relativos à prestação dos serviços de transporte aéreo, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.</p> <p>O autor justifica a proposição sob o argumento de que tem sido cada vez mais comum, não só no Brasil, a incidência de passageiros manifestando sintomas de trombose das veias profundas das pernas (TVP) e embolia pulmonar, especialmente durante a fase final de voos de longa duração ou na hora do desembarque e que tal fenômeno tem sido apelidado de "trombose do viajante" ou "síndrome da classe econômica", exatamente por acometer majoritariamente passageiros de voos com pouco espaço entre poltronas, especialmente quando ficam muito tempo sentados ou sem movimentar as pernas.</p> <p>A imputação de responsabilidade por qualquer complicação de saúde do passageiro ou falta de atendimento médico à bordo da aeronave é incompatível com o regime legal estabelecido no Código Civil e no Código Brasileiro de Aeronáutica sobre a responsabilidade civil das empresas transportadoras por danos causados aos passageiros, além de contrariar as normas da Lei Complementar nº 93/95, que estabelece que o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar a lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa (Lei citada, art. 7º, IV).</p>

AREA RESTRITA

A proposição, portanto, além de não atender os requisitos formais para sua viabilidade, implicará, se convertida em lei, em prejuízo para a segurança jurídica das empresas aéreas transportadoras e em potencial aumento de custos decorrente da ampliação dos riscos que serão impostos à atividade empresarial, com prejuízo para os consumidores.

AREA RESTRITA

PL 2303/2015

Autor: Deputado Aureo - SD/RJ

Relator: Dep. Clarissa Garotinho (PR/RJ)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco modificado em 29/09/2015 às 12:37

O que é modificado em 29/09/2015 às 12:37
Dispõe sobre a inclusão das moedas virtuais e programas de milhagem aéreas na definição de "arranjos de pagamento" sob a supervisão do Banco Central

Situação modificado em 29/09/2015 às 12:37

Nossa Posição modificado em 29/09/2015 às 12:37

PL 2288/2015

Autor: Senado Federal - Vital do RÃago - PMDB/PB

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco modificado em 29/09/2015 às 12:39
Gratuidade para transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano

O que é modificado em 29/09/2015 às 12:39
O PL determina que os órgãos públicos civis, as instituições militares e as empresas públicas e privadas que operem ou utilizem veículos de transporte de pessoas e cargas, por via terrestre, aérea ou aquática, são obrigados a dar prioridade ao transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e de integrantes da equipe de captação e distribuição de órgãos que acompanhará o transporte do material. Estabelece, ainda, que o transporte será gratuito.

Situação modificado em 29/09/2015 às 12:39
15/07/2015 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)
Recebimento pela CSSF.

Nossa Posição modificado em 29/09/2015 às 12:39

Já há convênios celebrados entre a União e as empresas aéreas assegurando a gratuidade do transporte. O PL, portanto, se aprovado, não implicará em custos adicionais.

AREA RESTRITA

PL 7266/2014

Autor: Deputado Otavio Leite - PSDB/RJ

Relator: Deputada Clarissa Garotinho (PR/RJ)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco

modificado em 29/09/2015 às 12:41
dispõe sobre o Fundo Nacional da Aviação Civil ? FNAC

O que é

modificado em 29/09/2015 às 12:41

Altera a Lei nº 12.462/2011, que dispõe sobre o Fundo Nacional da Aviação Civil ? FNAC, para proibir o contingenciamento, bem como a transferência, ao Tesouro Nacional dos recursos do Fundo, em especial para fins de composição de superávit primário.

Estabelece, ainda, que os recursos do FNAC poderão ser utilizados para financiamento e apoio à formação de pilotos e profissionais da aviação civil, bem como para financiamento de equipamentos para aeroclubes.

Situação

modificado em 29/09/2015 às 12:41
13/05/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT)
A Presidenta, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ), avocou a relatoria desta proposição nos termos do Art. 41, VI do RICD.

Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 12:41
CONVERGENTE

O PL impede que as dotações que capitalizem o Fundo Nacional da Aviação Civil possam ser contingenciadas, bem como transferidas ao Tesouro Nacional, passando a se constituir superávit financeiro.

A proposta confere eficácia ao objetivo de criação do FNAC, ao impedir manobras contábeis que desvirtuem a finalidade da aplicação dos recursos, qual seja a de aperfeiçoar a infraestrutura aeroportuária brasileira.

Sugere-se a aprovação do PL.

PLS 516/2015

Autor: Senador Walter Pinheiro (PT/BA)

Relator:

Status: em análise

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco

modificado em 29/09/2015 às 12:27
CBA

AREA RESTRITA

O que é

modificado em 29/09/2015 às 12:27

Altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, para permitir que companhias aéreas de países do Mercosul operem no Brasil.

Situação

modificado em 29/09/2015 às 12:27

Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 12:27